



Leia neste número:

- Decisões do STF preocupam UGT 01
- 11 de Novembro: Dia Nacional de Luta 02
- 100 anos para igualar salário de homem e mulher 02
- Capital estrangeiro na Saúde Brasileira 03
- UGT participa da 8ª Cúpula do Brics 03
- Caminhada Outubro rosa 04
- UGT participa da Oficina Regional da OIT 04
- As Centrais e a reforma da Previdência Social 04

Decisões do STF preocupam UGT

Ultimas decisões do Supremo Tribunal Federal indicam uma vontade de fazer reforma trabalhista e preocupam a **União Geral dos Trabalhadores - UGT**, que é hoje, a segunda central sindical brasileira, com 1,4 milhão de afiliados.

Existe no meio jurídico um bordão que reza que "decisões judiciais não se discutem, se cumprem", mas algumas das decisões recentes do **STF** trazem preocupação para nossos dirigentes e advogados porque suprimem direitos consagrados dos trabalhadores.

Na semana passada, duas decisões do **Supremo Tribunal Federal** alcançaram as grandes mídias e grande repercussão. Na última quarta-feira, 26 de outubro, o STF decidiu nesta consideração de desaposentação, que é a possibilidade do aposentado pedir a revisão do benefício por ter voltado a contribuir para a Previdência. E em seguida, no dia 27, considerou legítima a possibilidade do salário de servidores em greve.



A negação da revisão das aposentadorias ignora que a grande maioria dos aposentados brasileiros volta a trabalhar. Nas palavras do ministro Ricardo Lewandowski, que votou a favor da desaposentadoria, "não é raro que beneficiários da Previdência, como seus proventos não são suficientes, se vejam compelidos a voltar ao mercado de trabalho".

Como explica a economista Ana Amélia Camarano, organizadora do livro "*Política Nacional do Idoso, velhas e novas questões*", lançado neste mês pelo IPEA, entre os idosos com 60 anos ou mais, 51,6% dos homens aposentados e 55,5% das mulheres aposentadas continuam trabalhando, principalmente para complementar sua renda. "Em média, os homens trabalham por mais quatro anos após a aposentadoria e as mulheres por mais dois anos", segundo Camarano.

Os aposentados e pensionistas pediram que o STF adiasse a decisão sobre a desaposentadoria tendo em vista que o governo pretende apresentar um projeto de reforma previdenciária. A demanda não foi atendida, ficando pendente apenas a situação dos já beneficiados com a desaposentação.

A decisão sobre a possibilidade de desconto de salário dos servidores públicos em caso de greve também ignorou a situação em que ocorrem essas greves no Brasil. Em quanto aos trabalhadores privados é garantida a negociação de salários e condições de trabalho em bases periódicas, os servidores públicos não têm esse direito de negociar garantido na lei.

Em razão disso, a grande maioria das greves de servidores e funcionários públicos tem o objetivo simples de garantir uma negociação de salários, uma vez que esse direito mínimo é pouco respeitado no país, com os gestores públicos protelando ao máximo, às vezes por muitos anos, a revisão dos salários.

Cabe registrar também que em 14 de outubro ultimo, em decisão que teve muito menor repercussão, o ministro Gilmar Mendes, do STF, concedeu medida cautelar para suspender todos os processos e efeitos de decisões no âmbito da Justiça do Trabalho que discutam a aplicação da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas.

O fim da chamada "clausula da ultratividade", que havia sido consagrada na Súmula 277 do **Tribunal Superior do Trabalho (TST)**, desde 2012, pode causar um grande prejuízo aos trabalhadores, principalmente neste momento de alegada crise econômica, porque deixa de existir a garantia das clausulas que "as normas fixadas em acordos e convenções coletivas de trabalho se incorporam aos contratos individuais de trabalho, projetando-se no tempo", ou seja, mesmo que findo o acordo coletivo que as originou.

Essas decisões e outras, trazem grande preocupação para a União Geral dos Trabalhadores.



UGT em defesa dos Trabalhadores

11 de Novembro: Dia Nacional de Luta

Centrais sindicais unidas definem Jornada de Luta da Classe Trabalhadora

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** participou, na tarde desta quarta-feira (19), da reunião unitária das centrais sindicais, que aconteceu na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo, e teve como objetivo definir um calendário unificado de ações contra a PEC 241, que congela os gastos públicos em 20 anos, além de enfatizar a luta contra a retirada de direitos propostos pelo governo e que levam os nomes de reformas trabalhista e previdenciária.



Os sindicalistas definiram as atividades fundamentais para expressar a indignação da classe trabalhadora contra o que está em curso no país e, na sexta-feira (21), na sede do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), haverá uma reunião nacional com representantes dos transportes público para organizar o ato do dia 11 de novembro, que será um Dia Nacional de Protestos e manifestações. Também ficou definido que no dia 25 de Novembro, será o Dia Nacional de Mobilização.

Outra proposta que foi apresentada durante a reunião é que as centrais deverão fazer plantão permanente em Brasília, como forma de ampliar as ações das entidades contra os projetos de lei que tramitam na Câmara ou no Senado e que atentam contra os direitos adquiridos pela classe trabalhadora e pela sociedade em geral.

Participaram do encontro representantes da CGTB, CSP Conlutas, Força Sindical, CUT, Nova Central, CTB e Intersindical. *(Fábio Ramalho – Imprensa UGT)*

País levará 100 anos para igualar salário de homem e mulher

A diferença salarial entre mulheres e homens no Brasil é uma das maiores do mundo e equiparar a condição dos dois sexos no País levará um século. Essas são algumas das conclusões do Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2016 do Fórum Econômico Mundial, publicado nesta quarta-feira, 26, em Genebra.

De acordo com o levantamento, as sociedades mais igualitárias são as escandinavas. O primeiro lugar é da Islândia, seguida por Finlândia, Noruega e Suécia, ao se considerar todos os aspectos econômicos, políticos, de saúde e de educação.

Entre 144 países avaliados, o Brasil ocupa apenas a 129.^a posição no que se refere especificamente à igualdade de salários entre gêneros. Países criticados por violações aos direitos das mulheres, como Irã, Iêmen e Arábia Saudita estão em melhor posição que o Brasil.

Para equiparar as condições econômicas de homens e mulheres, serão necessários 95 anos se o atual ritmo de progresso for mantido. Em termos gerais, incluindo política, educação e outros aspectos sociais, equiparar as condições entre gêneros no País levará 104 anos.

Segundo o Fórum Econômico Mundial, a taxa brasileira é melhor que a média mundial, de cerca de 170 anos. Mas, ainda assim, o ritmo de avanço é considerado como "lento demais".

A disparidade econômica entre homens e mulheres no Brasil é um dos fatores que mais impedem o avanço no ranking. Nesse quesito, o País ocupa a modesta 91.^a posição entre 144 países e é superado por Paraguai, China, Camboja e Chade. *(Estadão, 26.10.2016)*



Capital estrangeiro na Saúde Brasileira

Entrada de capital estrangeiro na saúde é tema de debate no **18º Encontro Paulista da Saúde** promovido pela Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Cerca de 200 pessoas entre dirigentes sindicais da área da saúde se reuniram com especialistas, membros do poder judiciário brasileiro, inclusive com representação internacional para debater acerca da entrada do capital internacional na saúde e o desmonte dos direitos trabalhistas no 18º Encontro Paulista da Saúde.



O evento aconteceu na Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande, nos dias 17 a 20 de outubro e contou com vários especialistas nos mais diversos assuntos ligados à área da saúde, sindicalismo, economia e judiciário.

Para o **presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira**, este encontro é a oportunidade de os dirigentes sindicais se aprofundarem num assunto de interesse da categoria e contribuir para encontrar soluções para salvar a saúde. “Sem uma boa política de saúde e investimentos adequados não teremos saúde de qualidade. Este é um momento de nos unirmos para encontrar este caminho”, diz.

“Não podemos abrir as portas para a entrada de capital estrangeiro na saúde. O esforço para salvar a saúde é luta constante do povo brasileiro e das centrais sindicais. Precisamos discutir métodos para melhorar a vida dos trabalhadores, principalmente os da saúde, que enfrentam grandes resistências dos patrões e do capital internacional”, ressalta o **presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah**.

Já, **Canindé Pegado, secretário-geral da UGT**, destacou que o movimento sindical se encontra em situação de desvantagem para defender os direitos trabalhistas e pede mais mobilização neste período de desmonte da CLT. “É sempre importante enfatizar que os patrões, os banqueiros, os grandes jornais, o governo, o Congresso Nacional são contra nós e isto faz com que os próprios trabalhadores se virem contra o movimento sindical. Isto não pode continuar assim, pois os sindicatos são as únicas armas do trabalhador contra o abuso, contra o desemprego e contra esta onda de terceirizações que está arruinando a vida do assalariado”, alerta o sindicalista.

UGT participa da 8ª Cúpula do Brics

Secretário para Assuntos Institucionais e Políticos da União Geral dos Trabalhadores do Rio (UGT-RJ) e secretário Adjunto da Secretaria Internacional da UGT nacional, o fisioterapeuta Nilton Rocha participou, na cidade indiana de Goa, nos dias 15 e 16 últimos, da 8ª Cúpula do Brics, grupo de países que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O encontro, oportunidade de estreitamento dos laços entre as potências que integram o bloco de países emergentes, discutiu, entre tantos temas, a situação econômica do grupo.



Na agenda do ugetista na Índia, homenagens na secretaria da OIT, reunião com os sindicalistas do Brics e participação na mesa de trabalho com representantes dos governos, empresários e empregados. A Comitativa Brasileira foi integrada por sindicalistas das centrais sindicais UGT, CUT e CSB.

O Brics, hoje sob presidência do primeiro-ministro indiano Narendra Modi, foi constituído em 2011 com o propósito de impor sua influência política e econômica na gestão dos assuntos mundiais das potências do Ocidente.



Carta de São Paulo
18º Encontro de
Dirigentes Sindicais
e Trabalhadores da
Saúde do Estado
de São Paulo

Caminhada Outubro Rosa

Sindicato dos Comerciários de SP realiza caminhada com dois mil pessoas

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo, entidade filiada à União Geral dos Trabalhadores (UGT), por meio da sua Secretaria da Mulher, realizou, neste domingo (30), a Caminhada Outubro Rosa. O evento, que já se tornou tradição por acontecer no último fim de semana do mês, desta vez ocorreu justamente no Dia do Comerciário.



“Esta caminhada só é possível porque pessoas como vocês acreditam na importância deste ato. Hoje temos mulheres aqui que estão iniciando o tratamento, outras que estão na metade e algumas que estão prestes a receber a ótima notícia de que conseguiram vencer esse desafio, que é o câncer, por isso este evento é para mostrar para essas mulheres que elas não estão sozinhas”, explicou Isabel Kausz, diretora e responsável pelo Departamento da Mulher do Sindicato.

UGT participa da Oficina Regional da OIT

A União Geral dos Trabalhadores - UGT, através de seu **Secretário para Assuntos dos Povos Indígenas, Idjwala Karajá**, participou da Oficina Regional para América Latina e Caribe, evento realizado pela OIT que aconteceu na Guatemala. No evento, diversos temas foram discutidos, sendo um dos principais deles a causa indígena.

Karajá, na oportunidade, ressaltou a preocupação que a UGT tem para com os povos indígenas em nosso país “A UGT é segunda maior central sindical do Brasil e a única que constituiu uma secretaria para tratar dos assuntos ligados ao meu povo”. O secretário ainda destacou que a UGT está construindo, com parceiros, um projeto pioneiro voltado para os indígenas da Ilha do Bananal.



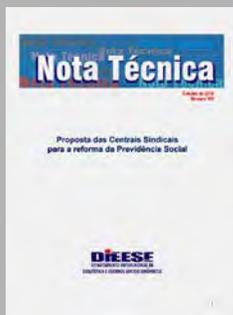
(Outro problema relatado é a PEC 215, que versa sobre o poder de homologação das terras indígenas pelo presidente da República e Congresso Nacional, além de querer rever as terras já demarcadas e homologadas). Deste encontro, surgiu uma carta de repúdio a essa PEC, assinada por todos os participantes do evento. A Ilha do Bananal é a maior ilha fluvial do mundo e, de acordo com dados da Associação da Comunidade Indígena da Aldeia Canoanã (ACIAC), cerca de cinco mil índios vivem nela atualmente

As Centrais Sindicais e a reforma da Previdência Social

Em 6 de junho de 2016, as Centrais Sindicais CSB, FS, NCST e UGT apresentaram ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, documento com nove medidas para a melhoria da arrecadação e da gestão do sistema previdenciário brasileiro.

Esse documento é uma resposta de parte do movimento sindical ao novo governo, que vem buscando colher, junto a várias entidades de representação social, sugestões sobre o que elas entendem ser os principais problemas da Previdência Social.

O objetivo desta Nota Técnica é apresentar os antecedentes, os princípios básicos, o conteúdo, a fundamentação técnica e os contra-argumentos do governo a essa proposta sindical, de forma a compartilhar com os trabalhadores e a sociedade em geral o que tem sido sugerido até agora pelas centrais, em relação a essa temática.



Proposta das Centrais
Sindicais para a
reforma da Previdência
Social

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos